

19/12/2018 09:50 - Assembleia vota e aprova Orçamento do Executivo para 2019

Em votação de sessão legislativa extraordinária, iniciada na manhã desta terça-feira (18) se estendendo até o início da tarde, os deputados aprovaram os Projetos de Lei 1070/18 e 1071/18, de autoria do Executivo que estima a receita e fixa despesas no Estado (LOA) e o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2016-2019.

A LOA compreende o orçamento fiscal e da seguridade social, abrangendo todos os poderes do Estado, órgãos e entidades da administração direta e indireta, e concretiza o que se planejou no PPA, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na LDO (já aprovada em julho pelos parlamentares). As três peças em conjunto compõem o modelo orçamentário do poder público atual.

Desta forma, da mesma maneira em que se elabora o PPA e LDO, “também são definidas políticas, diretrizes e metas de governo para o exercício fiscal de 2019, por meio de orçamento anual”, justifica o Executivo, complementando que é o elo entre o que se planejou e

o que se pretende executar, visando, sobretudo, o resultado dos programas de governo, mediante execução de metas físicas e financeiras na forma proposta.

Portanto, cabe a LOA pontuar no Projeto de Lei e observar os princípios norteadores da administração pública, especialmente a transparência, eficiência, eficácia, efetividade, da economicidade e como compromisso do governo do Estado com a sociedade, sempre buscando o equilíbrio das contas públicas.

O deputado Laerte Gomes (PSDB), líder do governo na Assembleia, ressaltou que o novo governo contará com o orçamento da forma com que o governo encaminhou “e o governador eleito terá o poder de remanejamento da mesma forma que o governador Confúcio teve, de poder remanejar até 20% do valor”, disse o parlamentar.

Laerte também elogiou o trabalho desenvolvido nos últimos anos pelo relator do orçamento, deputado Cleiton Roque (PSB), que foi um parlamentar de destaque e lamentou sua não reeleição.

O deputado Anderson do Singeperon (Pros) pediu destaque à emenda que garante dotação orçamentária para os Agentes Penitenciários. São R\$ 25 milhões na Sejus, que segundo o parlamentar, é um compromisso firmado pelo Executivo e R\$ 3 milhões para a Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo (Fease), o que foi prontamente atendido e garantido pelo relator.

Com a votação do orçamento, o período legislativo de 2018 foi encerrado, e agendada outra sessão extraordinária no dia 22 de janeiro para votação de projetos que não entraram na pauta.

Distribuição Orçamentária para 2019

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa	R\$ 231.309.203,00
Tribunal de Contas	R\$ 149.329.576,00
Fundo Desenv. Inst. do TC	R\$ 3.187.000,00

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça	R\$ 677.417.689,00
---------------------	--------------------

Fundo Aperfeiçoamento Serviços Judiciários	R\$ 97.533.900,00
Precatórios	R\$ 104.155.113,00

MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministério Público	R\$ 269.152.792,00
Fundo Desenv. Institucional do MP	R\$ 9.230.000,00

DEFENSORIA PÚBLICA

Defensoria Pública	R\$ 67.708.629,00
Fundo Especial da Defensoria Pública	R\$ 7.245.954,00
Poder Executivo	R\$ 6.239.001.433,00

Fonte: ALE-RO

Notícias RO